



## DISCUSSÃO DO ACORDO COLETIVO PRECISA DE TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE

**A**s negociações dos acordos coletivos da Copasa/Copanor começam com os patrões "botando pilha" no entendimento, afirmando que não é necessária a garantia da data-base.

A primeira rodada de negociações acontece no próximo dia 18 e entendemos ser necessária a discussão de muitos pontos para um novo acordo, discutindo não apenas pela "Pauta de Reivindicações" da categoria, mas regularizando e nos dando respostas objetivas de pendências que vêm sendo empurradas com a barriga, como a escala de plantão, realocação de trabalhadores em novos postos em função de terceirizações e outros eventos.

Afirmamos nossa plena disposição ao entendi-



mento e construção de um Acordo Coletivo, que compatibilize nossos direitos com as necessidades da empresa. Devemos atingir isto com respeito e boas intenções, que começam pela garantia da data-base e disposição ao diálogo. **Páginas 2 e 3**

### ELEIÇÃO MUNICIPAL É ENSAIO PARA CONSERTAR OS ESTRAGOS NO PAÍS

Em outubro podemos reconstruir o respeito social com nosso voto consciente. **Página 4**

### DECRETO DE ZEMA DESRESPEITA A ALMG E AMEAÇA OS SERVIDORES

Sem voto no Legistaivo, governador age como ditador e ignora os deputados estaduais. **Página 4**



*Estratégia de desmanche da Copasa prejudica os serviços essenciais prestados à população e facilita ataque de empresas privadas para vender serviços de saneamento!*

## Demissões irregulares

**Sem responsabilidade com a qualidade dos serviços!**



# GESTÃO DE TERRA ARRASADA

**EDUARDO PEREIRA**  
Presidente do SINDAGUA



**E**m 2022, assinamos com a Copasa e Copanor acordos coletivos que garantiram todos os direitos conquistados pelos trabalhadores e que deixaram em todos nós a certeza de que os gestores colocados nas empresas por Romeu Zema não sabiam muito bem o que estavam fazendo, mesmo sendo todas as iniciativas do governador uma música de uma nota só: vender tudo que é essencial e responsabilidade do Estado para a iniciativa privada.

Os acordos aprovados e assinados aconteceram depois de dois anos de sofrimento dos trabalhadores com salários represados, direitos ameaçados e tentativa sistemática de demissões com a inarredável posição de não garantia de emprego. Depois de tanto sofrimento, conseguimos tudo que queríamos e garantimos integralmente nossos direitos, amparados por uma cláusula de ultratividade.

Agora, a direção da Copasa/Copanor vem com a mesma lenga-lenga de dificultar o entendimento e deixar implícitas pressão e ameaças sobre os trabalhadores, com o expediente de não querer garantir a data-base da categoria em 1º de novembro.

Os trabalhadores voltaram a viver tempos de estresse com as demissões injustas e irregulares, forçando o Sindicato a ingressar com grande número de ações na Justiça, colhendo, mais uma vez, resultados positivos em respeito aos direitos da categoria.

A «Pauta de Reivindicações» dos trabalhadores não representa apenas nossos interesses pelos direitos, mas também em garantir que a empresa continue a representar serviços de qualidade de saneamento para toda a população, o que nos estimula em defendê-la contra a privatização e sua entrega para quem veja apenas o lucro.

Esperamos que a responsabilidade e transparência permeiem todo o processo de nossas discussões para o acordo coletivo de trabalho, para o bem dos trabalhadores, da Copasa e da população consumidora.

## NEGOCIAÇÕES DA PAUTA PARA ACORDO COLETIVO 2024 COMEÇAM COM A PREOCUPAÇÃO PELOS EMPREGOS

**A** data-base da categoria no próximo dia 1º de novembro estabelece alguns desafios nas negociações com a direção da Copasa para a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2024. Além da negociação de cláusulas que configuram condições humanas e justas de trabalho e de direitos, volta sobre os trabalhadores a grande preocupação com a garantia de emprego, diante das demissões arbitrárias e irregulares implementadas pela empresa, somadas com o crescimento vertiginoso das terceirizações de serviços fins e grande número de contratações através de pessoas jurídicas (pejotização).

O SINDAGUA ingressou na justiça com diversas ações para reintegração de trabalhadores

demitidos imotivadamente, com a empresa usando argumentos inaceitáveis, até ao ponto de culpabilizar o marco regulatório que, segundo ela, estaria inatingível com o nível de salários da massa dos trabalhadores, como se estivessem ganhando R\$ 90 mil de salários e bônus anual de 10 vezes o salário mensal, como já denunciemos de caso existente dentro da empresa e que não fazem parte do quadro de pessoal ingressado por concurso público. Além disto, a empresa manipulou informações de aferição de desempenho, para passar o facão em empregos de trabalhadores, sem considerar tempo de casa, proximidade de aposentadoria, demitindo até companheiros em condições precárias de saúde sem a realização de exame

demissional exigido em lei.

Esta tragédia deve, com certeza, ser discutida na mesa de negociações dos acordos da Copasa e da Copanor, no sentido de repararmos uma política de desmanche das condições de trabalho e da própria capacidade da empresa em prestar um serviço público e essencial de saneamento à população.

Alertamos a importância do acompanhamento das discussões com a Copasa/Copanor de todos os pontos da «Pauta de Reivindicações» unitária aprovada pela categoria e divulgada na íntegra pelo «Jornal SINDÁGUA», investindo na mobilização e plena consciência para deliberarmos em assembleia quando tivermos uma resposta global para os acordos coletivos.





# ZEMA AFRONTA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E APLICA DITADURA POR DECRETO SOBRE OS SERVIDORES

**R**omeu Zema sempre demonstrou em seus quase 6 anos de mandato no governo de Minas total desprezo pela Assembleia Legislativa do Estado, ao ponto de tentar diminuir o número de votos necessários dos deputados para promover uma mudança na Constituição Mineira.

Como desagradava à esquerda e à direita e não tem votos suficientes em uma “base de governo” para seus projetos entreguistas, no último mês, mais uma vez, Zema passou por cima de todos os parlamentares, sem discussão e aprovação pela ALMG, ao aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), assinando um decreto que estabelece um teto de gastos, congela salários de servidores, passando a tramela nas progressões de carreiras, suspendendo a realização de qualquer concurso público.



A dívida global de todos os Estados com a União soma mais de R\$ 760 bilhões, sendo que Minas, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo respondem por quase 90% desse valor. Apenas a dívida de Minas bate na casa de R\$ 170 bilhões, com mais da metade dela construída durante o governo Zema.

O acordo danoso foi facilitado por parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) e decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), com um cronograma de seis meses para cumprimento. Com seu decreto perverso e inconstitucional, Zema prejudica todos os servidores do Estado e a própria população que tem serviços públicos ameaçados pela privatização, entre eles o sistema de saúde e educação.

A “canetada” do governador tenta resolver nas costas dos servidores e comprometimento dos serviços sua incapacidade de administrar o Estado, depois de aumentar seu próprio salário em 300% e conceder benefícios fiscais aos seus financiadores de campanha, isentando-os de pagamento de dívida bilionária.

## ELEIÇÃO EM OUTUBRO PARA REVERTER AS TRAGÉDIAS QUE DESMACHAM DIREITOS SOCIAIS CONQUISTADOS

**O** próximo mês representa para os brasileiros muito mais do que eleger prefeitos e vereadores que irão cuidar dos interesses de quem vive nas cidades. Serão eleitos nomes com a responsabilidade de cuidarem de onde transitamos e vivemos, sem esquecer que passam a se constituir como os instrumentos que preparam o terreno para nova eleição, daqui a dois anos, para aqueles que vão ingressar no Congresso Nacional (Senado e Câmara Federal), presidência da República e governos dos Estados.

O povo pode deixar de ser protagonista da sua própria



desgraça e aflição social através do voto consciente e responsável já agora em outubro, eliminando oportunistas, políticos carreiristas que servem aos propósitos de acabar com os direitos sociais e dos trabalhadores.

Todos devemos desconfiar e banir os candidatos, muitos vindos de meios de comunicação,

com programas que exploram a violência para fazerem discursos fantasiosos, muito distantes do que fazem quando assumem cargos no legislativo ou governos, virando as costas para o povão que vinha manipulando com demagogia.

A eleição de outubro é um primeiro e importante momento de “limparmos” prefeituras e câmaras de vereadores de quem quer apenas vida fácil e que largam as cidades abandonadas, sem obras estruturais, sem permitir ao povo uma vida mais humanizada.

Vote em outubro com consciência de que construirá o que teremos com sua escolha!

Acompanhe mais informações em nosso site [www.sindagua.com.br](http://www.sindagua.com.br) ou pelas redes sociais:



Facebook  
/sindaguamg



Instagram  
/sindagua.mg



Spotify  
/Sindcast



Twitter  
/sindaguamg



Youtube  
/sindagua.mg



WhatsApp  
(31) 3297-7227

